

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.120 - SC (2018/0295329-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO**
OUTRO NOME : **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**
ADVOGADOS : **MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - PR015348**
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR024498
ADVOGADOS : **TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129**
PRISCILA KEI SATO - PR042074
AGRAVADO : **ELISABETE MIRANDA**
ADVOGADOS : **CARLOS BERKENBROCK - SC013520**
DENYSE THIVES DE CARVALHO MORATELLI - SC016550

DECISÃO

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, reconsiderou a decisão que havia determinado a suspensão nacional de liquidações, cumprimentos de sentença e execuções relativos a expurgos inflacionários em caderneta de poupança.

Por via de consequência, a Segunda Seção do STJ deliberou pelo regular andamento dos recursos relacionados a expurgos inflacionários em fase de execução de sentença (individual ou coletiva) em que a parte se manifeste, expressamente, pela não adesão ao acordo homologado pelo STF.

O presente caso não se insere nas hipóteses de suspensão.

Ocorre que o recurso versa sobre tema (n. 948) afetado à Segunda Seção do STJ pelo em. Ministro RAUL ARAÚJO, nos autos do REsp n. 1.438.263/SP, para julgamento segundo o rito previsto no art. 1.036 ss. do CPC/2015, a fim de definir quanto à "legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual".

Nos termos do art. 256-L do RISTJ (Incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016), o recurso especial distribuído nesta Corte, que tenha como fundamento idêntica questão de direito afetada, será devolvido ao Tribunal de origem, para nele permanecer suspenso.

Assim, por razões de economia processual e em atenção aos objetivos das regras que disciplinam a matéria, faz-se necessário remeter os autos à origem, até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça sobre o recurso especial representativo da controvérsia.

Diante do exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos à origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, depois de publicado o acórdão paradigma, seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator